

Capítulo 1

Conceitos

Conceitos

1.1. Primeiras noções de política económica

1.2. Razões e métodos de intervenção pública

1.3. Formas de avaliação da política económica

1.4. Conclusões

1.1. Primeiras noções de política económica

Três abordagens alternativas

- **Abordagem positiva:** Analisa o efeito das políticas públicas na economia.
- **Abordagem normativa:** procura influenciar o decisor político fazendo recomendações baseadas no seu conhecimento.
- **Economia política:** o decisor político deixa de ser um observador (um elemento exógeno) do sistema político e passa a ser um ator que é susceptível de análise por parte do economista.

Economia Positiva

- Na economia positiva, o economista assume um estatuto de observador que procura determinar os canais e mecanismos segundo os quais as decisões públicas afetam as decisões dos agentes privados.
- Ex: efeitos da política monetária e cambial; dum aumento das despesas públicas; de uma reforma fiscal, de uma decisão regulatória.

Economia positiva

- As decisões de política económica têm impactos em variáveis económicas como sejam os preços, o output ou o emprego sem ser afetado por estas variáveis.
- ***O decisor político é exógeno aos modelos económicos.***

Economia normativa

- O **economista** funciona como um **consultor do decisor político** e analisa que conjuntos de decisões são mais adequadas para se atingirem determinados propósitos como sejam a redução do desemprego, melhoria do nível de vida, a melhoria da qualidade ambiental.
- O **decisor político** procura funcionar como um **planeador social**, um ditador benevolente ou um Deus ex machina que dotado de informação completa e perfeita sobre a estrutura económica pretende tomar decisões de forma a maximizar o bem estar social.

Economia normativa

- O decisor político não consegue cumprir esta tarefa sem o economista.
- O Economista funciona como uma espécie de engenheiro que transmite ao decisor político os meios que este deve utilizar para atingir aqueles fins.
- A economia normativa toma como base a economia positiva de forma a avaliar os efeitos das diferentes decisões alternativas que permitem atingir determinados fins.

Economia normativa

- As recomendações propostas pelo economista ao decisor político requerem uma métrica que torne possível fazer a comparação entre soluções alternativas.

Exemplo:

- O governo pretende reduzir o desemprego com base em duas soluções alternativas: reduzindo o salário médio ou aumentando as assimetrias e as desigualdades salariais.
- O Governo tem de comparar o custo associado a cada uma das políticas com o benefício correspondente ao objetivo que quer concretizar.

Economia normativa

- A economia normativa implica frequentemente que não seja possível atingir um first-best, uma solução ótima, que seria atingida na ausência de restrições de informação, institucionais ou constrangimentos políticos.
- Ou seja, nas situações concretas não é normalmente possível atingir um ótimo social mas sim um second-best.

Economia normativa

- Retomando o exemplo da redução do desemprego, o problema com que confronta um economista envolvido no aconselhamento ao decisor político é o de propor **cenários alternativos** tendo em consideração a perceção de uma série de atores relevantes:
 - Departamentos estatais;
 - A maioria política e a oposição no parlamento;
 - Os grupos de interesses;
 - E a perspetiva do próprio decisor político que aconselha.

Economia normativa

- Para além de balancear sobre as perspetivas dos diferentes atores políticos e sociais, os governos defrontam-se ainda com problemas de informação relativamente ao comportamento dos agentes.
- Um dos problemas centrais é a informação assimétrica entre o decisor público e os agentes privados. Exemplo: Regulação setorial.

Economia política

- Tal como acontecia na economia positiva, o **economista** funciona agora como um **observador externo**.
- Contudo, o **decisor político deixa de ser exógeno** ao funcionamento da economia e passa a ser tratado como um decisor privado, ou seja, o comportamento dos decisores políticos é endogeneizado.
- O **Governo deixa de ser encarado como um Deus ex-Machina** que decide em prol do interesse público para passar a ser uma máquina dirigida por políticos que são decisores racionais cujo comportamento visa atingir determinados objetivos e que está sujeito a restrições específicas.

Economia política

Exemplo: Se um economista quiser analisar a regulação de um mercado tem de ponderar entre fatores vários que vão para além, dos comportamentos estritamente económicos dos agentes:

- Preferências e trade-offs entre eficiência e equidade;
- Os interesses económicos entre incumbentes e novos entrantes;
- O comportamento dos decisores políticos (ex: ciclos políticos versus ciclos económicos);
- E, naturalmente, representações de como a economia funciona.

Economia política

Ou seja, a economia política é essencial para:

- uma abordagem positiva: para perceber porque razão uma política económica não atingiu os seus objetivos.
- e para uma abordagem normativa: para avaliar as probabilidades de sucesso de várias reformas ou estratégias de intervenção.

Economia política

Como disse Dixit num artigo em 1996, o Governo foi durante muito anos entendido como onisciente, onnipotente e um ditador benevolente.

Sabemos agora que esta perceção não é verdadeira:

- A economia da informação imperfeita ensina-nos que não é onisciente.
- A teoria do second-best foi desenvolvida com base no reconhecimento do facto de que não é onnipotente.
- A economia política diz-nos que não é benevolente.

O que fazem os decisores de política pública?

- **Estabelecer e aplicar as regras / legislação da economia**
- **Cobrar impostos e fazer despesas públicas**
- **Emitir e gerir a moeda**
- **Produzir bens e serviços**
- **Resolver problemas vários**
- **Negociar com o exterior**

O que fazem os decisores de política pública?

- **Estabelecer e aplicar as regras / legislação da economia**

A aplicação da legislação inclui a regulação setorial, a supervisão e a política da concorrência

- **Cobrar impostos e fazer despesas públicas**

As decisões de política orçamental e fiscal influenciam:

- ✓ os rendimentos das famílias e os resultados das empresas através da fiscalidade e da segurança social;
- ✓ a produtividade através dos investimentos em infraestruturas, investigação e educação;
- ✓ A procura agregada através das alterações na despesa pública e na fiscalidade.

- **Emitir e gerir a moeda**

A política monetária e cambial é uma das mais relevantes que um Governo pode fazer. Essa função é delegada pelos Governos nos Bancos Centrais.

- **Produzir bens e serviços**

A produção de bens e serviços é uma função que tem vindo a ser transferida para o setor privado na sequência das privatizações das empresas públicas e da liberalização das utilities.

- **Resolver problemas vários**

Ex: crises financeiras, fusões entre empresas, encerramento de empresas, deslocalizações industriais.

- **Negociar com o exterior**

Ex: Liberalização do comércio internacional, participação na Governança de instituições globais ou regionais (EU, MIBEL, MIBGAS), discussão de temas que têm uma dimensão global ou regional como é o caso das alterações climáticas.

Uma representação estilizada da PE

A política económica pode significar coisas distintas para pessoas diferentes.

Mas podemos fazer uma abordagem estilizada da política económica definindo aqueles que são os aspetos comuns a todas as áreas de atuação:

- Objetivos
- Instrumentos
- Instituições

Objetivos

- Os objetivos de PE são numerosos e podem ser contraditórios.

Exemplos:

- Melhorar a qualidade de vida da população;
- Assegurar o pleno emprego;
- Manter a estabilidade dos preços;
- Minimizar as assimetrias na distribuição do rendimento.

Os objetivos são apresentados em documentos escritos e têm subjacente metas quantitativas que são fixadas pelos governos.

Instrumentos

Os instrumentos também são numerosos.

Os mais tradicionais são:

- os que dizem respeito á politica monetária: fixação de uma meta em relação à taxa de juro;
- e política fiscal: a fixação do nível das despesas públicas e dos impostos.

Instrumentos

A PE é apresentada geralmente como resultante da combinação destes dois instrumentos.

Mas a PE pode também ter subjacentes instrumentos microeconómicos: regulação, subsídios, transferências da segurança social, política da concorrência.

Instituições

- As instituições afetam os equilíbrios dos mercados e a eficácia dos instrumentos de política económica.
- As instituições são regras ou convenções que criam restrições às interações entre as pessoas.

Instituições

Exemplo de instituições:

- Estruturação dos mercados de produtos, do trabalho e de capitais: leis de insolvências, a legislação sobre takeovers, leis de trabalho, leis da concorrência, regulamentos publicados pelos reguladores setoriais, etc.;
- Quadro regulamentar para as decisões de política económica: OE, estatuto do BC ou da entidades reguladoras setoriais, os mecanismos de taxa de câmbio.

Instituições

As instituições são uma espécie de capital social intangível mas em tudo semelhante ao stock de capital físico.

Elas não são eternas, sofrem de depreciação ao longo do tempo, mas também podem ser renovadas através de reformas que visam promover “investimentos de substituição” de natureza intangível

A PE como uma sucessão de trade-offs

- Considere-se que se tem um Governo que estabelece metas quantitativas para n variáveis económicas, tais como sejam, taxa de inflação, taxa de desemprego e balança de pagamentos. Neste caso teríamos $n=3$.
- As preferências do governo podem ser sumarizadas através de uma função de perdas que depende do diferencial entre o valor efetivo de cada uma das metas e do valor desejado (as metas).

A PE como uma sucessão de trade-offs

- Assuma-se agora que o governo dispõe de p instrumentos como sejam, por exemplo, o OE e a taxa de juro de curto prazo. Neste caso teríamos $p=2$.
- A PE consiste em fixar p variáveis tal que a função de perdas é minimizada.
- Quando $p=n$, os n objetivos de PE podem ser alcançados porque há um numero de instrumentos que é igual ao numero de objetivos.
- Contudo, no nosso exemplo nós temos $p < n$ e, portanto, os n objetivos não podem ser atingidos simultaneamente o que significa que há trade-offs entre os objetivos.

A PE como uma sucessão de trade-offs

Em termos gerais, temos a seguinte regra:

Para atingir n objetivos, o governo tem de dispor, pelo menos, de igual n° de instrumentos. Esta é conhecida pela **regra de Tinbergen**.

- O problema é que os governos têm muitos objetivos mas apenas um n° limitado de instrumentos.
- Tal significa que os trade-offs fazem parte do quotidiano dos governos.

A PE como uma sucessão de trade-offs

- Conhecendo-se os trade-offs, as escolhas são dependentes das preferências dos governos.
- Por exemplo, quanto é que o governo está disponível para aceitar de desigualdade salarial de forma a reduzir a taxa de desemprego de 1%.

Função de perda (loss function)

- Um governo dispõe de n metas quantitativas $Y_1, Y_2 \dots Y_n$ representadas pelo vetor $Y = (Y_1, Y_2 \dots Y_n)$
- As suas preferências podem ser representadas pela função de perdas L que mede a perda de bem estar que está associada com a divergência entre os valores tomados pelas variáveis Y_i e os seus valores efetivos \tilde{Y}_i :

$$L(Y_1 - \tilde{Y}_1, Y_2 - \tilde{Y}_2, \dots Y_n - \tilde{Y}_n)$$

Função de perda (loss function)

Há p instrumentos que podem ser representados por um vetor

$$X = (X_1, X_2, \dots, X_p)$$

Com as instituições / representadas por:

$$Y = H_i(X)$$

A PE consiste então em selecionar X tal que a função L é minimizada, dada a restrição $Y=H_i(X)$.

Função de perda (loss function)

Admitamos ainda que as restrições são dadas por um sistema de equações lineares.

Se $n=p$, é possível inverter o sistema $Y=H_1(X)$ – o sistema é determinado – e calcular o vetor X que permite atingir simultaneamente as metas Y .

Se $n>p$, o sistema de equações é indeterminado. Ou seja, o governo é confrontado com trade-offs.

Função de perda (loss function)

- No mínimo da função de perdas L , qualquer melhoria numa das metas tem de ser compensada por uma redução em qualquer outra das restantes metas de forma a que o valor da função L se mantenha constante.
- Este raciocínio corresponde ao conceito de taxa marginal de substituição entre as metas Y_i e Y_j .

As reformas estruturais e as mudanças nas instituições

- Os trade-off acabados de referir são geralmente reversíveis.
- Exemplo: durante os anos 1980 e 1990 (por exemplo, a redução das horas de trabalho semanais para 35 horas; e ainda hoje é assim!), havia claramente um trade-off entre emprego e produtividade. Os aumentos do nível de emprego foram muitas vezes obtidos através de uma redução da produtividade.
- O que é desejável fazer numa situação de baixo nível de emprego é assegurar, simultaneamente, um aumento do nível de emprego e da produtividade.

As reformas estruturais e as mudanças nas instituições

Para tal é necessário proceder a mudanças ao nível das instituições.

Retomando o exemplo da restrição da função de perdas, temos dois objetivos Y_1 and Y_2 , e um instrumento X para atingir os dois objetivos:

$$Y_1 = h_I^1(X), \quad Y_2 = h_I^2(X)$$

Onde I representa as instituições. O instrumento X pode ser substituído nas duas relações dando uma função que traduz o trade-off entre Y_1 e Y_2 , condicionado às instituições I :

$$g_I(Y_1, Y_2) = 0$$

As reformas estruturais e as mudanças nas instituições

- As reformas estruturais passam por proceder a mudanças nas instituições I de forma a obter um novo conjunto de instituições J que permitem alterar a natureza dos trade-offs.
- Neste exemplo, as mudanças institucionais que podem superar o trade-off entre produtividade e nível de emprego – em vez de mais emprego obtido à custa da redução na produtividade, o aumento simultâneo das duas variáveis – pode passar por mudanças do seguinte tipo: alterar o ambiente de negócios de forma a incentivar o investimento, a inovação e a criação de empregos, mais investimento na educação e na investigação, etc.

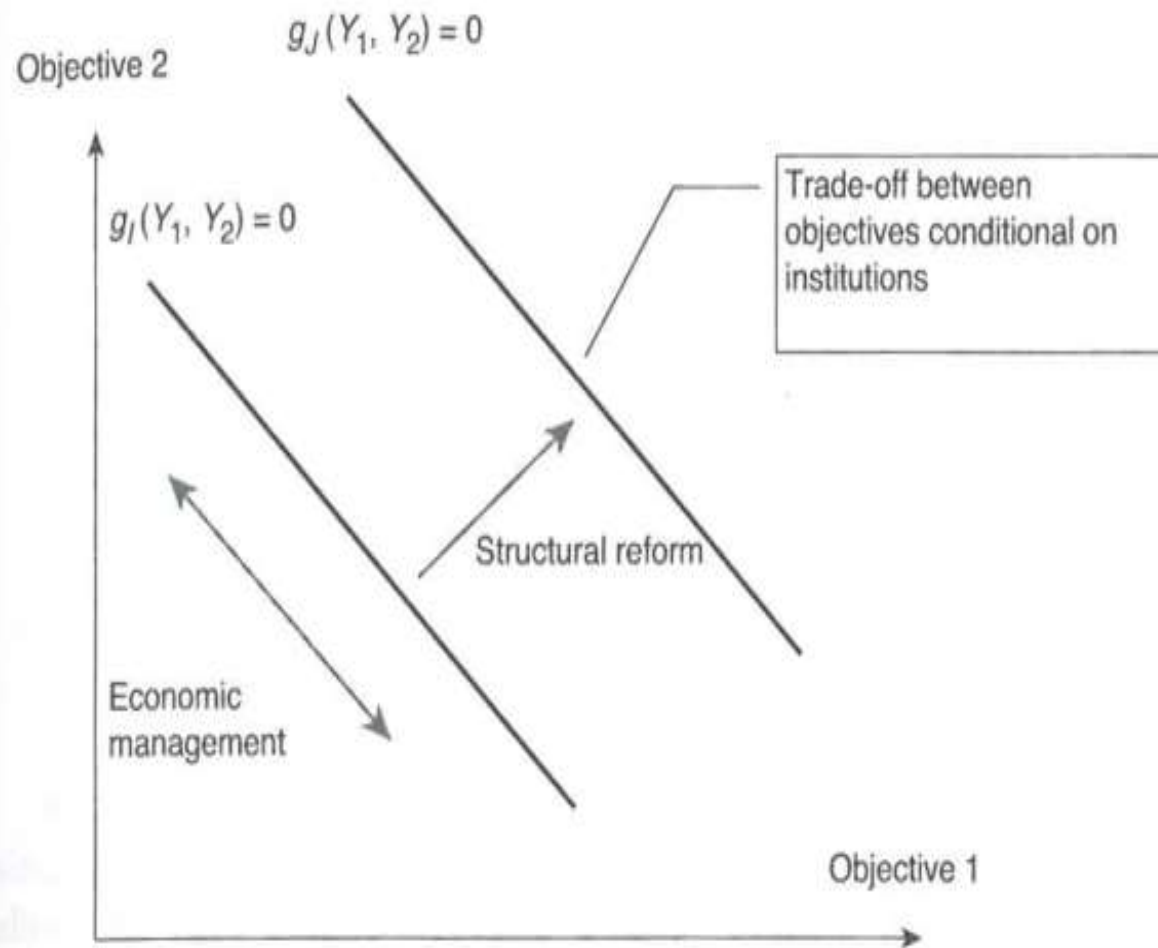


Figure 1.3 From managing trade-offs to reforming institutions: An illustration.

As reformas estruturais e as mudanças nas instituições

- As reformas institucionais podem ter efeitos negativos a curto prazo mas efeitos positivos a longo prazo. Veja-se o exemplos da ex União Soviética e dos Países de Leste.
- Os efeitos intertemporais associados às reformas estruturais remetem para uma abordagem de economia política.
- Um governo democrático que está confrontado com uma reeleição no fim do mandato e que, ao fazer reformas que tenham efeitos negativos no curto prazo possa comprometer a sua manutenção no poder, pode optar por não fazer as reformas estruturais que teriam efeitos a longo prazo.

1.2. Razões e métodos de intervenção pública

Porquê e como intervêm o Estado na economia?

- **Alocação de recursos**
- **Estabilização macroeconómica**
- **Redistribuição do rendimento**

Porquê e como intervêm o Estado na economia?

Alocação de recursos

- Consideram-se intervenções publicas que afetam a quantidade e a qualidade dos fatores (capital, mão de obra qualificada e não qualificada, tecnologia, terra, etc.) disponível para a produção e a sua distribuição sectorial e regional.
- A provisão de bens públicos como sejam as infraestruturas ou a preservação da qualidade ambiental também estão incluídas nesta categoria.

Porquê e como intervém o Estado na economia?

Estabilização macroeconómica:

A estabilização macroeconómica face a choques exógenos que desviam a economia do pleno emprego ou da estabilidade dos preços.

Esta função está muito relacionada com as políticas monetária e orçamental.

Porquê e como intervém o Estado na economia?

Redistribuição do rendimento

- A redistribuição de rendimento entre agentes (no mesmo período ou entre períodos diferentes) ou entre regiões.
- Impostos progressivos e transferências sociais são instrumentos chave para promover a redistribuição de rendimento.

Porquê e como intervêm o Estado na economia?

- A redistribuição tem um âmbito completamente diferente da alocação ou da estabilização.
- Já estas duas ultimas parece prosseguir fins muito similares.
- A distinção entre estas duas funções está relacionada com a diferença entre o crescimento do output de longo prazo e as flutuações de curto prazo em torno da tendência de longo prazo.
- A alocação de recursos visa atingir o nível máximo de output que pode ser atingido sem criar inflação, também designado output potencial.
- As políticas de estabilização visam minimizar a divergência entre o output atual e o potencial, que se designa por output-gap.

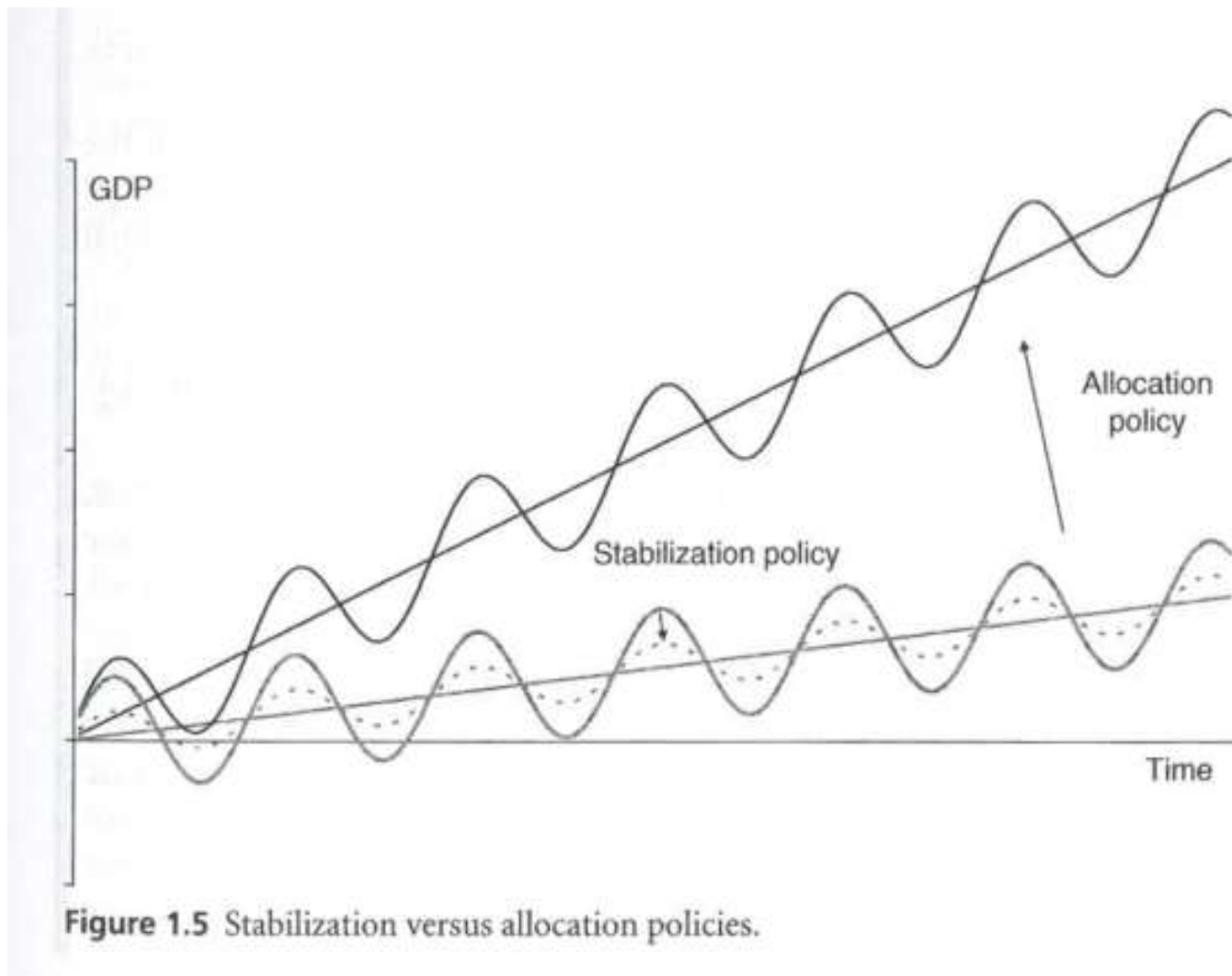


Figure 1.5 Stabilization versus allocation policies.

Porquê e como intervêm o Estado na economia?

O **output gap** pode ser definido como a diferença entre o output efetivo e o output potencial em % do output potencial:

$$\text{output gap} = \frac{Y_t - \bar{Y}_t}{\bar{Y}_t}$$

Um output gap negativo significa que a produção está abaixo do seu potencial.

Porquê e como intervém o Estado na economia?

- Um output gap positivo significa que a produção está acima do seu potencial. Como interpretar um output gap positivo?
- Significa que, devido a um excesso de procura, se aumenta o nº de horas de trabalho ou se utilizam equipamentos que já se consideravam obsoletos.
- Estas respostas a incrementos de procura tendem a ter custos marginais muito elevados e a aumentar a taxa de inflação e, portanto, não são desejáveis.
- Ou seja, a situação desejável é o output potencial e qualquer desvio em relação a este gera custos económicos.

Porquê intervir?

- Para os economistas, a intervenção pública exige uma justificação.
- O 1º teorema do bem estar estabelece que qualquer equilíbrio é competitivo. Por outras palavras, neste contexto não é possível melhorar o nível de bem estar de um agente económico sem reduzir o de um outro agente.
- Este resultado apenas se verifica em condições muito específicas, nomeadamente quando se verificam as hipóteses que estão subjacentes à concorrência perfeita.

A intervenção na área da alocação de recursos

A alocação de recursos pelo mercado não é normalmente eficiente em situações reais porque existem a violação das hipóteses do 1º teorema da economia do bem-estar:

- **Concorrência imperfeita**

Poder de mercado; rendimentos crescentes à escala (economias de escala); monopólio e monopólio natural.

- Uma empresa monopolista tende a produzir uma quantidade sub-ótima a um preço mais elevado que o preço competitivo.
- Solução: Política da concorrência e regulação setorial.

A intervenção na área da alocação de recursos

Efeitos externos da atividade económica: Externalidades negativas

- Empresa que gera externalidades ambientais negativas que penalizam os consumidores.
- O nível de output da empresa está acima do ótimo social. Tal significa que é necessária uma intervenção do Estado que incentive a empresa a convergir para um nível de output ótimo.
- A solução proposta pelos economistas é uma taxa pigouviana: a empresa é, assim, obrigada a internalizar o custo (através da taxa que paga) e, em consequência disso, reduz o seu nível de produção.

A intervenção na área da alocação de recursos

- **Efeitos externos da atividade económica:** Externalidades positivas
- Também podem existir externalidades positivas. A formação profissional ou a inovação tecnológica.
- Exemplo da inovação tecnológica e das patentes:

A inovação por parte de uma empresa é uma externalidade positiva.

Uma empresa inovadora se vir as suas inovações serem copiadas pelas outras (que o fazem sem suportar os custos de investimento que a inovação normalmente exige), tendem a inovar menos do que ótimo.

Por isso mesmo, o governo deve intervir, atribuindo-lhe um subsídio ou protegendo as suas inovações através de patentes (uma instituição!).

A intervenção na área da alocação de recursos

Informação imperfeita: Seleção adversa no mercado do crédito.

Existe informação assimétrica entre o promotor do investimento e a instituição financiadora.

Os financiadores não podem conceder as mesmas condições de financiamento a todas as empresas – se o fizessem seriam autenticamente “assediados” pelos promotores de projetos com risco mais elevado.

Mas também não dispõem de informação suficiente que lhes permita identificar inequivocamente os projetos que constituem riscos elevados.

Os bancos tendem a restringir o acesso ao crédito às empresas que, em probabilidade e devido às suas características, podem constituir riscos mais elevados: empresas mais recentes, de menor dimensão, de base tecnológica e lideradas por empresários mais jovens.

A intervenção na área da alocação de recursos

Ausência de mercado em certos sectores: Os bens públicos.

Exemplos clássicos: a Defesa Nacional e o Farol.

Qual o problemas dos bens públicos ?

- Todos querem beneficiar da existência de um dispositivo de Defesa Nacional mas se a sua implementação fosse deixada ao mercado, uma parte significativa da população não contribuiria, na expectativa de que outros o fizessem.
- Esta postura egoísta é habitualmente designada por comportamento de “*free-rider*”.
- A não intervenção do Estado conduz a uma solução sub-ótima: o investimento na provisão do bem público é menor do que o desejável do ponto de vista da sociedade.

A intervenção na área da estabilização

As 2 razões de Keynes:

- Espíritos animais (*animals spirits*): instabilidade do comportamento privado influenciado por expectativas espontâneas levando a optimismo excessivo seguido excesso de pessimismo.
- Rigidez nominal de salários e preços impede o movimento autocorretor do mercado para reestabelecer o pleno emprego.

A intervenção na área da estabilização

- A análise macroeconómica recente procurou distinguir entre as situações em que a função estabilização era efetiva e as situações em que não era eficaz.
- A análise é feita com base na procura e na oferta agregada que estabelecem, respetivamente, a relação entre a procura agregada e o preço do produto e a relação entre o output potencial e o preço do produto.

A intervenção na área da estabilização

- No curto prazo, a oferta agregada depende positivamente do preço porque na presença de rigidez nominal nos salários, um aumento do nível do preço reduz o salário real o que torna mais lucrativa a produção e leva as empresas a aumentar o output.
- No longo prazo, a oferta agregada é fixa porque o nível de output corresponde ao output potencial e a função oferta agregada é vertical.

A intervenção na área da estabilização

Há que distinguir entre duas situações:

- Uma variação no preço suscita movimentos ao longo das curvas da oferta e da procura.
- A existência de perturbações ou choques exógenos **que alterem a relação existente entre o preço e o output**, fazem deslocar as curvas na sua totalidade. Podem existir choques exógenos da procura (aumento da riqueza ou o aumento da despesa pública que fazem aumentar o rendimento disponível e o consumo) ou choques exógenos do lado da oferta (redução do preço do petróleo, inovação tecnológica).

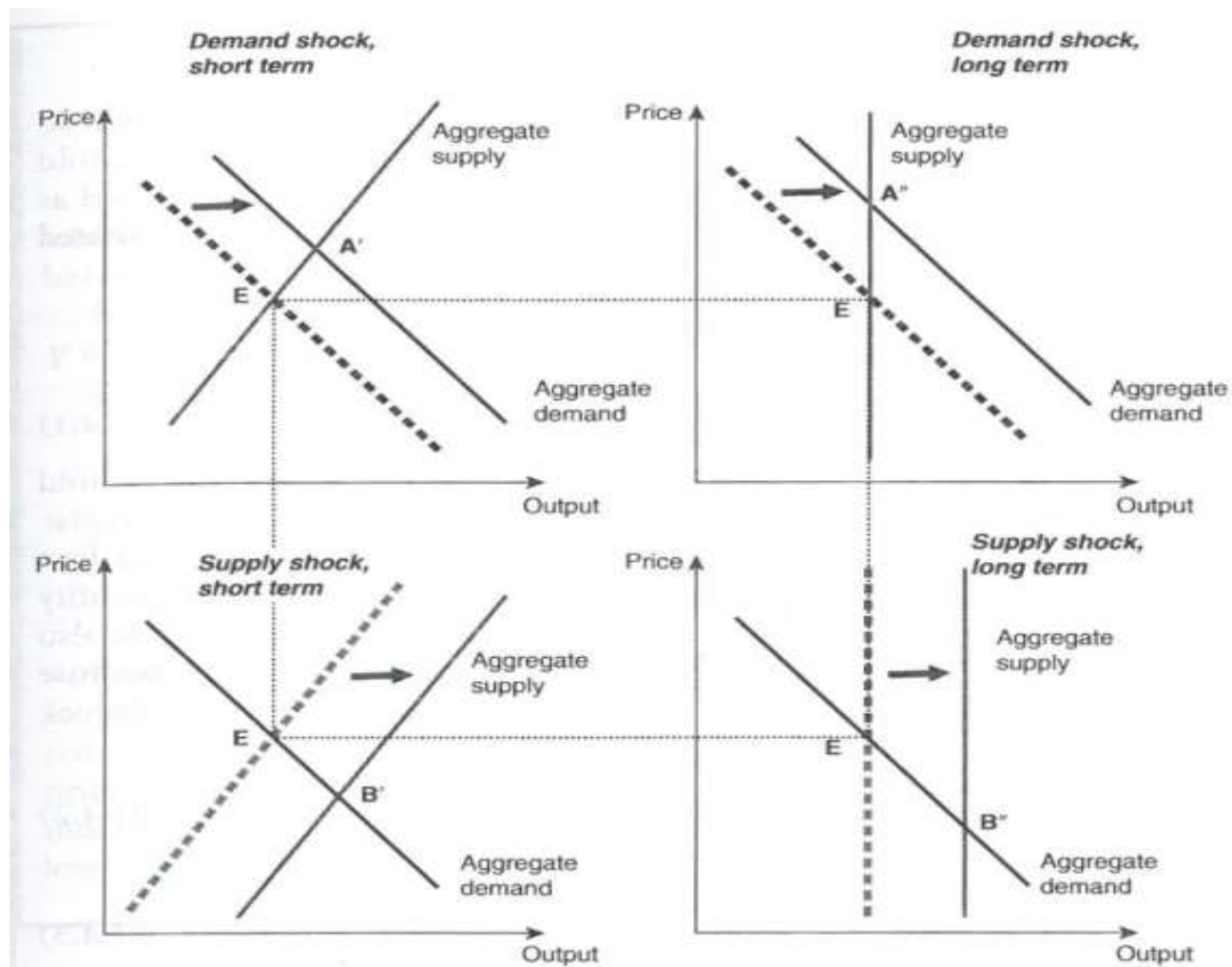


Figure 1.6 Supply and demand shocks in an aggregate supply–aggregate demand framework.

A intervenção na área da estabilização

Curto prazo:

- Um choque exógeno positivo da procura (por exemplo, o aumento das pensões e dos salários dos funcionários públicos) faz deslocar a procura para a direita, o ponto de equilíbrio desloca-se de E para A', ou seja, aumentam simultaneamente o preço e o output.
-
- Um choque exógeno positivo do lado da oferta (redução do preço do petróleo, a inovação tecnológica), faz deslocar a oferta agregada para a direita, resultando num nível mais elevado do output e num preço mais baixo.

A intervenção na área da estabilização

Longo Prazo

No longo prazo, a função oferta agregada é vertical. Tal implica que os choques exógenos do lado da procura apenas conduzem a um aumento do preço enquanto os choques exógenos do lado da oferta implicam uma variação positiva do output (e uma redução do preço).

- **Em suma, as políticas macroeconómicas de estabilização baseadas em choques exógenos do lado da procura só são eficazes no curto prazo.**

Redistribuição do rendimento

- A motivação e o argumento central para as políticas de redistribuição do rendimento é a de que a distribuição de rendimento determinada pelo equilíbrio de mercado não assegura necessariamente a justiça social.
- Tal como acontece com a eficiência, é necessário estabelecer um critério que permita decidir sobre o que constitui uma melhoria na equidade.

Redistribuição do rendimento

Para além disso, coloca-se a questão de saber se existe ou não um trade-off entre equidade e eficiência. Ou seja, um aumento na equidade pode:

- Ter lugar mantendo constante a eficiência?
- Conduz a uma redução na eficiência?
- Pode suscitar as condições propícias a um incremento na eficiência?

Redistribuição do rendimento

Há argumentos para as duas posições extremas – equidade e eficiência são complementares ou são conflitantes:

- Trade-off: A redistribuição de rendimento é efetuada com base em transferências e impostos e ambos reduzem a quantidade alocada de fatores produtivos;
- Equidade e eficiência são complementares: o acesso dos pobres à educação e aos cuidados de saúde aumentam a eficiência e a produtividade.

1.3. A escolha de políticas alternativas

A escolha de políticas alternativas

- Para avaliar escolhas de política económica, e especialmente para comparar políticas alternativas, são necessários critérios precisos.
- Questão: pode ser usado um único critério para eficiência, estabilização e equidade?
- Em teoria esta situação é concebível, mas, na prática, políticas económicas são geralmente representadas como implicando trade-offs entre diferentes dimensões.

A escolha de políticas alternativas

- Objetivo geral da política económica: satisfação (utilidade) máxima do indivíduo.

Determinantes da satisfação individual:

- Consumo de bens e serviços
- Lazer
- Qualidade / condições de trabalho
- Qualidade do ambiente

A escolha de políticas alternativas

A utilidade do consumidor pode ser traduzida pela seguinte função:

$$U_i^t = U(C_{i1}^t, C_{i2}^t, \dots, C_{in}^t; N_i^t; E_i^t; \emptyset^t)$$

onde C_{ik}^t ($k = 1 \dots n$) é o montante do bem k consumido pelo família i no período t ; N_i^t é a quantidade de trabalho oferecida pela família i no período t , E_i^t é um vetor de variáveis que representam as condições de trabalho (intensidade de esforço, etc.) \emptyset^t é o vetor de variáveis que representam a qualidade do ambiente.

A escolha de políticas alternativas

- A função utilidade estática é insuficiente.
- Baseado neste critério não haveria incentivos para investir já que o investimento aumenta a quantidade de bens e serviços no futuro mas reduz o consumo corrente.
- Por isso mesmo é relevante dispor de uma abordagem intertemporal. Esta situação requer que se defina uma taxa de desconto de forma a agregar a utilidade ao longo do tempo.

A escolha de políticas alternativas

$$U_i = \sum_{t=0}^{\infty} U_i^t / (1 + \rho)^t$$

A utilidade intertemporal do consumidor i é o valor presente das suas utilidades acumuladas e atualizadas para o momento presente.

Este critério é muito útil para analisar as reformas estruturais porque permite avaliar o trade-off entre o consumo presente e futuro.

A escolha de políticas alternativas

Uma reforma pode ter impactos positivos e negativos ao longo do tempo.

Um dos critérios para proceder à sua avaliação poderá passar pelo valor atual dos benefícios líquidos da reforma. Assim, se V_t for o incremento líquido na utilidade no período t de aplicação da reforma, um critério para aplicar a reforma será o seguinte:

$$V = E\left(\sum_0^{\infty} V_t / (1+\rho)^t\right) \geq 0$$

A escolha de políticas alternativas

O critério de decisão depende muito da escolha da taxa de desconto ρ :

- Uma alta taxa de desconto valoriza o consumo imediato e de curto prazo;
- Uma baixa taxa de desconto valoriza o bem-estar das gerações futuras.

A escolha de políticas alternativas

A função de utilidade intertemporal acabada de apresentar é de um único agregado familiar (supostamente representativo).

O próximo passo é agregar as utilidades de indivíduos heterogéneos. Este tipo de agregação levanta dificuldades:

- A utilidade de todos os agentes deve ser ponderada de forma igual?
- O bem-estar de alguns pode ser reduzido para aumentar o de outros?

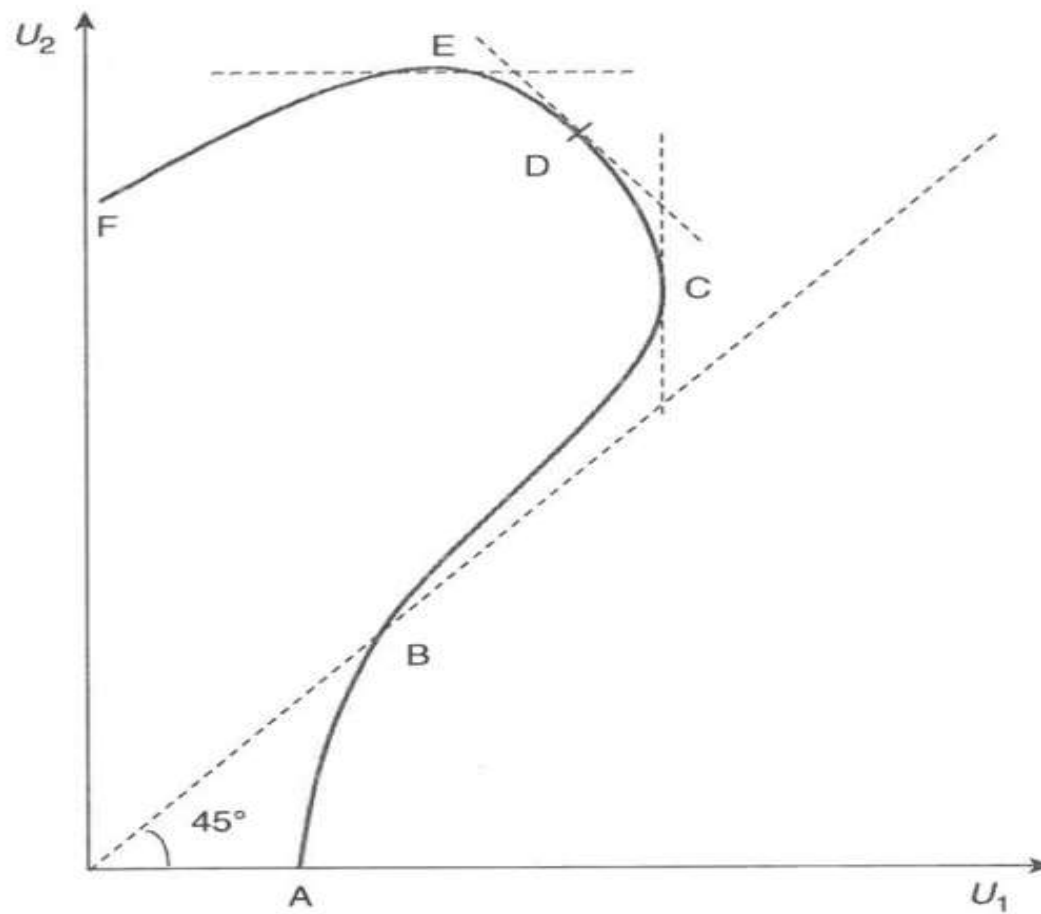


Figure 1.7 Individual utility and social choices: An illustration.

Source: Taken from Atkinson and Stiglitz (1980).

A escolha de políticas alternativas

- O critério de Pareto - segundo o qual uma política melhora o status quo se aumentar a utilidade de pelo menos um indivíduo e não reduzir de qualquer outro - apenas permite comparar um conjunto limitado de situações e políticas.
- A Figura 1.7 explica porquê. Consideremos dois indivíduos 1 e 2, representamos as respetivas utilidades nos eixos X e Y, e suponha que a curva AF forneça todas as combinações possíveis de seus respectivos utilidades. De acordo com o critério de Pareto, C é superior a qualquer situação na AC, e E é superior a qualquer situação na EF. Mas não há nada que possamos dizer sobre os pontos localizados na CE.

A escolha de políticas alternativas

- A escolha exige que se explicita uma função de bem estar social que permita proceder à agregação das preferências individuais.
- Função de Bentham: máxima utilidade agregada sendo indiferente a forma como a utilidade se distribui entre indivíduos:

$$\Gamma = U_1 + U_2 + \dots + U_m$$

- Na perspectiva de Bentham, a solução escolhida seria D.

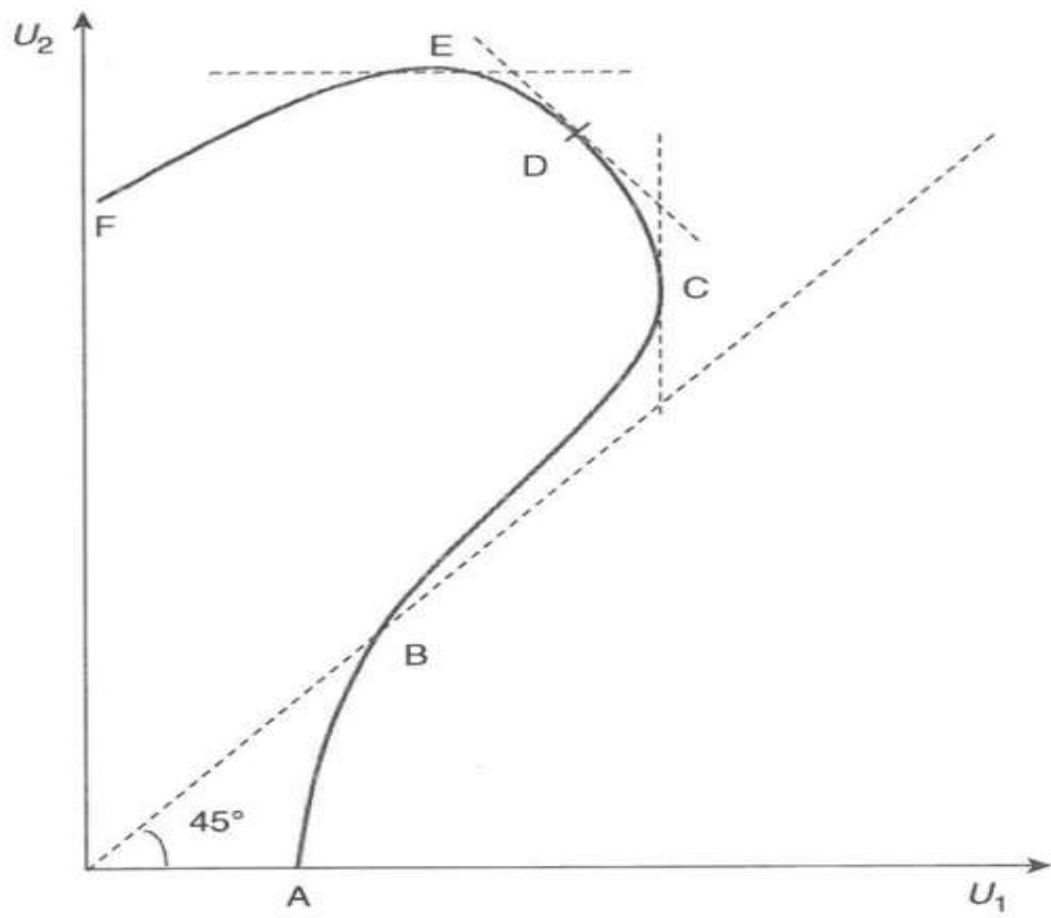


Figure 1.7 Individual utility and social choices: An illustration.

Source: Taken from Atkinson and Stiglitz (1980).

A escolha de políticas alternativas

Função de Rawls: máxima utilidade do indivíduo mais pobre

$$\Gamma = \text{Min} (U_1, U_2, \dots, U_m)$$

Na perspectiva de Rawls, a solução escolhida seria C.

1.4. Conclusões

Conclusões

Em grande parte algumas polémicas entre economistas resultam de visões conflitantes dos decisores políticos sobre vários temas:

- Há diferentes perceções dos decisores políticos sobre as funções de bem estar social: por exemplo sobre a distribuição de rendimento que é desejável
- Há diferentes visões sobre os trade-offs, como acontece no trade-off entre equidade e eficiência;
- Os políticos têm diferentes preferências pelo tempo.

Conclusões

Para além disso, uma parte das polémicas resultam dos desacordos dos economistas em relação à natureza da PE:

- Agregação dos benefícios individuais
- Horizonte temporal: Curto prazo versus longo prazo; Gerações presentes versus gerações futuras.
- Representação do mercado

Alguns economistas pressupõem que os mercados são competitivos outros sublinham que, nas situações reais, os mercados são imperfeitos.